

Prevenção de riscos florestais. Fitossanidade, Incêndios e Erosão

F. ABREU *

Engenheiro Silvicultor, Direção Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

PALAVRAS CHAVE: Biodiversidade, Proteção, Prevenção, Gestão Florestal.

RESUMO

A preservação do património florestal da Região Autónoma da Madeira (RAM) visa a manutenção da biodiversidade e a promoção da gestão sustentável dos espaços florestais. Através dela contribui-se para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e para a conservação da natureza e valorização do ambiente nos espaços florestais, através da preservação de recursos fundamentais como sejam o solo e a água, da regularização do ciclo hidrológico, da proteção da diversidade biológica e da paisagem e da redução do teor de CO₂ atmosférico.

A Prevenção de Riscos Florestais é uma das áreas onde a RAM através da Direção Regional de Florestas e Conservação da Natureza (DRFCN) vem incorporizando o reforço de meios ao serviço da prevenção de incêndios florestais, da luta contra a erosão (proteção do solo, redução da torrencialidade) e do combate às pragas e doenças nas superfícies florestais.

Das normas de intervenção florestal destacam-se as relativas à defesa da floresta contra os incêndios, nomeadamente a gestão dos combustíveis, a manutenção das infraestruturas florestais e a realização de campanhas de sensibilização e informação pública.

*Correio eletrónico: ferdinandoabreu.sra@gov-madeira.pt

Uma das ações que mais contribui para o estabelecimento de uma política de ambiente, assente num desenvolvimento sustentável, é a que visa o reforço dos meios ao serviço da prevenção de riscos no espaço florestal.

A prevenção dos riscos florestais visa a aplicação de medidas de proteção dos solos, contra os processos erosivos e de prevenção de incêndios.

As ações e atividades ligadas ao uso do solo devem ser objeto de medidas de ordenamento, onde a ocorrência de incêndios e os seus efeitos sejam prevenidos. Esta prevenção - dos incêndios florestais - não deve se circunscrever ao domínio florestal, devendo ser analisada numa perspetiva integrada das atividades humanas que, de algum modo, podem influenciar a ocorrência de incêndios ou serem afetadas por estes, designadamente a atividade agrícola.

A participação ativa das comunidades rurais deve ser incentivada no apoio a ações de prevenção, deteção e combate aos incêndios florestais, seja pela:

- Otimização da vigilância, deteção e alerta aos incêndios florestais;
- Diminuição do número de ignições, de progressão dos incêndios e pela redução das superfícies queimadas;
- Realização de ações de sensibilização e informação sobre os riscos da utilização do fogo nas diferentes atividades das populações;
- Fiscalização e identificação das causas dos incêndios florestais que devem ser asseguradas pelas entidades competentes.

Na ilha da Madeira a propagação dos incêndios é favorecida pelos elevados declives e pela elevada carga de combustível resultante do abandono das áreas agrícolas, em consequência das transformações socioculturais verificadas na Região, pelo que é importante que a prática da gestão florestal esteja atenta à *ocupação e utilização do solo* – densidade e distribuição das espécies; ao *grau de inflamabilidade e de combustibilidade* da vegetação arbustiva e subarbustiva; à *topografia do terreno* – declives e exposição e às principais *variáveis meteorológicas* – humidade relativa do ar, temperatura, precipitação, vento e ainda de alguns *fatores sociais*.

Por um lado, é fundamental a definição de normas específicas de intervenção florestal, que permitam a avaliação das potencialidades dos espaços florestais do ponto de vista dos seus usos dominantes; a definição das espécies a privilegiar nas ações

de expansão e reconversão do património florestal; a delimitação de áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio; da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural.

Por outro lado, é fundamental a definição de uma densidade de infraestruturas florestais que permita uma rápida circulação de veículos, a existência de água utilizável *para o combate a incêndios*, principalmente em altitude, uma *rede de faixas de interrupção de combustível* (aceiros) que detenha incêndios rasteiros e uma *rede de faixas de redução de combustível* que detenha um incêndio de copas e que possa dar segurança a quem precise de exercer o combate nesses locais.

Desta forma, convém ter em atenção alguns critérios aquando da implantação de faixas de gestão de combustíveis (aceiros incluídos), como por exemplo, a sua *dimensão*, a sua *densidade*, a sua *localização* e a sua *manutenção*. De forma a maximizar a sua eficácia, estas faixas devem localizar-se, preferencialmente, junto das estradas e dos caminhos que atravessam os espaços florestais e na envolvência de zonas de recreio. Assim, por um lado, aproveitam-se discontinuidades já existentes e por outro lado protegem-se zonas de elevado risco de ignição devido à passagem de pessoas e veículos.

As formações florestais de especial importância ecológica e de elevada sensibilidade, como por exemplo o ecossistema *Laurissilva*, os cursos de água, as zonas húmidas, as zonas ripícolas e ravinas, assim como, os ecossistemas florestais mais degradados, devem ser objeto de intervenção cuidada, sempre que possível, através de intervenções silvícolas que contribuam para a sustentabilidade dos recursos dos espaços florestais. Tais intervenções devem passar pela definição e implementação de normas técnicas relativas à estrutura e composição dos povoamentos florestais e por uma rede adequada de infra-estruturas nos espaços florestais da Região.

Os fenómenos de erosão que se verificam, por exemplo, nos caminhos florestais de terra batida - escoamento superficial, que agrava a erosão através do escoamento em sulco e contribui para a instabilização dos taludes – devem ser minimizados pela projeção de uma pendente para o escoamento de águas pluviais, que faça convergilo para valetas contíguas ao caminho e que posteriormente o canalize para a rede de drenagem natural preexistente. Estas valetas devem ser dimensionadas com capacidade de vazão face a precipitações horárias intensas (superiores a 50 mm/h).

O desenvolvimento de operações que previnam a perda de solo com potencial silvícola, tem de ser um cuidado quase permanente, seja pela consolidação das margens dos leitos de cheias e de outros depósitos aluviais, através da utilização de vegetação ripícola, nomeadamente o Seixo ou Seiceiro (*Salix canariensis*) e o Vimieiro (*Salix*

viminalis), espécies que apresentam grande capacidade de resistência a condições de escoamento fluvial turbulento.

De entre os diferentes processos de controlo erosivo no espaço florestal salienta-se a consolidação de talvegues, mediante obras de correção torrencial, cujo objetivo é reduzir o processo de rebaixamento para montante do curso de água por erosão regressiva e o processo de erosão lateral. Isto é alcançado pela construção de novas pequenas barragens de correção torrencial, quer em altitude, na ilha da Madeira, quer na ilha de Porto Santo, coincidentes com as áreas onde ocorrem precipitações elevadas ou sem manto florestal sujeitas a diferentes processos erosivos.

Paralelamente as florestas da Região devem ser monitorizadas no que se refere à sanidade florestal, especialmente no que respeita a fatores - chave, bióticos e abióticos, que afetam potencialmente a saúde e a vitalidade dos ecossistemas florestais, tais como pragas, doenças, fogo e danos causados por fatores climáticos ou por operações de gestão florestal. Devem se estabelecer mecanismos de alerta, meios de erradicação e procedimentos técnicos para o controlo em tempo útil e assegurar um controlo do estado sanitário de sementes, propágulos e madeiras (inspeção fitossanitária) de acordo com os regulamentos comunitários e nacionais.

Com estas medidas pretende-se, em primeira mão, preservar o património florestal da RAM, garantir a manutenção da biodiversidade e promover a gestão sustentável dos espaços florestais.

Secundariamente, contribuir-se-á para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, para a conservação da natureza e valorização do ambiente nos espaços florestais.

Estar-se-á ainda a garantir que as Florestas da Madeira cumpram o seu papel fundamental na preservação de recursos naturais, como sejam o solo e a água, na regularização do ciclo hidrológico, na protecção da diversidade biológica e da paisagem, como pela redução do teor de CO₂ na atmosfera.

REFERÊNCIAS

[1] SRA/SRES, 201 - Estudo de Avaliação da Segurança dos Solos atingidos pelos fogos florestais de agosto de 2010 (EASSAFFA10).